

# Ulysses tenta reduzir tensão na Constituinte

Preocupado com os conflitos entre a esquerda e os conservadores, o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, se reunirá hoje com os líderes partidários e com os relatores das comissões, em busca de um entendimento capaz de evitar a repetição de incidentes como os registrados no último fim de semana, na Subcomissão da Política Agrária.

Ao informar sobre a reunião, ontem, o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, reconheceu que o seu partido "terá de fazer esforços para evitar que a futura Constituição seja conservadora". Ele admitiu, ao mesmo tempo, que os episódios na Subcomissão da Política Agrária são resultado "da difícil correlação de forças" existentes no PMDB.

O deputado paranaense Hélio Duque tem outra explicação para o avanço das forças conservadoras dentro do partido: "A incompetência das esquerdas, que se reflete na sua desarticulação, em contraste com unidade da direita, e a existência, dentro do PMDB, de uma espécie de 'Partido dos Oportunistas Brasileiros'".

Segundo o representante do Paraná, o oportunismo passou a ganhar espaço no PMDB a partir das eleições de 1982 — quando o partido conquistou vários governos estaduais — e agora se con-

solida, abrangendo até áreas consideradas de esquerda.

Outro motivo citado por Hélio Duque é a falta de diretrizes partidárias para a votação das matérias submetidas à Constituinte — pelo menos daquelas que representam posições programáticas. Na realidade, o PMDB realizou, em agosto do ano passado, um congresso para discutir temas que seriam incorporados a um novo programa do partido e que seriam levados à Constituinte, segundo foi anunciado na época. Apesar disso, o PMDB não apresentou nenhum projeto acabado de Constituição, porque seus dirigentes se deram conta da extraordinária diversidade de opiniões existente no partido, especialmente depois das eleições.

Um dos expoentes da ala conservadora do partido, o ex-secretário-geral Roberto Cardoso Alves considera natural que os peemedebistas se posicionem na Constituinte de acordo com suas tendências, mas admite que o partido pode caminhar para um "racha" se a esquerda pretender mudar o regime e o sistema econômico do país. Para neutralizar a esquerda, Cardoso Alves vem tentando inclusive uma articulação dos moderados do PMDB com os conservadores de todos os partidos.



Conflitos ideológicos preocupam o deputado

## Acusações marcam sessão

Além de expor, mais uma vez, as divergências ideológicas existentes na Constituinte, a sessão de ontem da Câmara foi marcada por acusações dirigidas, entre outros, ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, e ao presidente da Subcomissão da Política Agrária, Edson Lobão (PFL-MA).

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, acusou Ulysses de "rasgar o Regimento" da Constituinte, ao "determinar, à véspera da votação dos relatórios", que as subcomissões recebessem substitutivos, fato que, segundo Brandão, visou a facilitar as posições dos conservadores. O líder do PDT condenou também o comportamento do senador Edson Lobão, observando que ele garantiu a ação dos representantes da UDR ao plenário do Senado, que dirigiam "insultos aos constituintes".

Depois de observar que o próprio deputado Guilherme Afif Domingos (ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo) declarou-se interessado numa das votações da Comissão da Ordem Econômica, Brandão Monteiro exortou o plenário da Constituinte a impedir o voto de parlamentares ligados a interesses específicos e vinculados a grupos estrangeiros. Lembrou o deputado pedetista que, nos termos do artigo primeiro, parágrafo 4º do regimento da Constituinte, os parlamentares que tenham interesse

nas votações são proibidos de votar e, se o fizerem, seus votos devem ser considerados em branco.

Embora presidisse a sessão, Ulysses Guimarães não fez nenhuma consideração diante do pronunciamento de Brandão Monteiro. A defesa do presidente da Constituinte foi feita pelo líder do Partido da Frente Liberal, Adolfo de Oliveira. Ele afirmou que a hipótese de apresentação dos substitutivos consta de uma circular distribuída a todas as 24 subcomissões "há mais de uma semana" e não na "calada da noite", como insinuou o líder do PDT.

Em termos semelhantes ao discurso de Brandão Monteiro, o deputado peemedebista Percival Muniz (MT) também criticou Ulysses e Lobão, afirmando que o senador teve o "endosso" do presidente da Constituinte na questão do substitutivo.

O deputado mineiro José Mendonça de Moraes, do PMDB, vinculado à UDR, afirmou que "somente através de um trabalho sério da iniciativa privada é que vamos ter renda nesse país para distribuí-la melhor". O representante de Minas referiu-se aos parlamentares de esquerda que atuam na Subcomissão da Política Agrária como "os comunistas embutidos no PT, no PMDB e no PDT". E indagou: "O que querem alguns companheiros, principalmente do meu partido, do PMDB? Fazer da Nova República um governo populista e demagógico?"

## Lima Filho vê omissão

O deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), relator da Subcomissão da Reforma Agrária, acusou ontem o presidente da Câmara, do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), de omissão diante de irregularidades que teriam sido cometidas pelo presidente da Comissão, deputado Edison Lobão (PFL-MA) nos trabalhos do fim de semana. Lima Filho disse que telefonou pessoalmente a Ulysses em meio à tumultuada sessão e este não apenas se negou a interferir, argumentando que a matéria era "controversa", como ainda enviou o secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso, "para assessorar Lobão nas violências" de natureza regimental.

O telefonema a Ulysses se deu — relata Osvaldo Lima Filho — quando Edison Lobão, atropelando o regimento, recusou a indicação do deputado Antero de Barros (PMDB-MT), feita pelo líder Mário Covas, para substituir o deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA). Após recusar essa indicação, Lobão convocou o deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), para compor a Comissão, o que teria reforçado a corrente dos que se opõem à reforma agrária. A sessão foi o tempo todo marcada por violências — inclusive físicas — praticadas por membros da UDR (União Democrática Ruralista) e por seguranças do Senado, que agrediram até mesmo Agristas.



Deputado quer mobilização

"Só teremos reforma agrária se os trabalhadores vierem para as ruas, como fizeram na campanha pelas diretas", enfatiza Osvaldo Lima Filho, observando que o primeiro passo agora é tentar uma mobilização popular neste sentido. No relatório final que fez ontem, ele enumera entre as irregularidades praticadas por Lobão o fato de não ter votado o anteprojeto da reforma agrária mas sim o substitutivo Rosa Prata, que, por não ter sido publicado, não recebeu emendas.

"O senador Lobão se colocou a serviço da UDR", completou Lima Filho, explicando que as "violências" contra o regimento puderam ser praticadas por ser a legislação "muito falha".

## Jornalistas reagem contra a violência

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) divulgaram ontem uma nota de repúdio "à conivência de violência cometida, no domingo, contra o repórter-fotográfico do O Globo, Sérgio Marques, e Márcio Chaer, repórter da Folha de S. Paulo". Os dois foram agredidos pelos seguranças do Senado Federal, que estavam impedindo o acesso dos jornalistas à reunião da Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária, que afirmavam estar "somente cumprindo ordens superiores".

A nota diz que "as cenas de violência escandalizam e mostram o triste retrato da arbitrariedade que persiste no país, além de ferir a fundo uma Assembleia eleita pelo povo com o propósito de escrever uma Constituição pede ainda que seja esclarecido "se de onde foram emanadas tais ordens incluía-se a agressão física".

### Dificuldade

A dificuldade de trabalho na cobertura jornalística da sessão de votação da Subcomissão da Reforma Agrária começou no sábado. A reunião deveria ser realizada em uma sala dos corredores das subcomissões no Senado Federal. Mas o presidente da subcomissão,

senador Edson Lobão (MA), resolveu mudá-la para o plenário do Senado, por questões de "comodidade e segurança". Além disso, deu ordens expressas para que não fosse permitida a entrada de jornalistas — que desde o início dos trabalhos da Constituinte sempre tiveram trânsito livre nas subcomissões. Nas galerias também ocorreram problemas.

Poucos minutos depois, o senador Edson Lobão, pressionado por sete repórteres que estavam impedidos de entrar, o senador comunicou "que permitiria" a entrada de um profissional de cada órgão.

Além de ter sido considerada antidemocrática pelos profissionais, a medida não foi suficiente. Os seguranças só permitiam a entrada de jornalista "muito conhecido meu" ou então que estivesse com a carteira do Senado, não reconhecendo a identidade profissional emitida pela Fenaj como um documento.

Mas as agressões não ocorreram somente no sábado e no domingo. Procurado ontem por vários colegas, o repórter fotográfico Sérgio afirmou que recebeu quatro telefonemas anônimos, nos quais ele chegou, inclusive, a ser ameaçado de morte.

## Deputado repudia projeto econômico

"É uma bengala de pau podre", classificou ontem o deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), referindo-se ao anteprojeto da Subcomissão dos Princípios Gerais e Ordem Econômica, que daqui para a frente, segundo ele, não tem nem condições de piorar, "porque já é ruim demais". Virgildásio, que é relator da subcomissão, atribuiu os retrocessos contidos nos anteprojeto à falta de exame das matérias votadas, já que o presidente da Mesa, deputado Delfim Netto (PDS-SP) não acolheu requerimento em favor do adiamento dos trabalhos.

Para Virgildásio, o que estava em jogo era "mostrar serviço", ou seja, os membros da subcomissão, comprometidos com grandes interesses econômicos (o próprio Delfim Netto, além do deputado Afif Domingos e do senador Roberto Campos, continuamente apontados como os que lideram esses interesses), teriam apressado os trabalhos apenas para "mostrar serviço" aos grupos cujos interesses eles defendem.

Entre os maiores retrocessos contidos no anteprojeto está a definição de empresa nacional, que dá margem à implantação de multinacionais como se fossem empresas brasileiras. Virgildásio cita ainda retrocessos no que diz respeito à atividade dos bancos, especialmente os estrangeiros, com a perda da condição de se legislar sobre fluxos financeiros, e ainda no tocante ao monopólio do petróleo, que permanece apenas para pesquisa e lavra.

O relator disse que a própria importância da comissão fez com que se concentrassem nela "conjuntos de pessoas com interesses ideológicos", mas enfatiza que acredita na melhora do anteprojeto, "porque pior não pode ser feito". O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) fez questão de expressar sua repulsa ao que considerou "uma afronta ao sentimento nacional do nosso povo".

## Benedito diz que recebeu ameaças

Apesar da explicação de que vem recebendo ameaças telefônicas, o deputado Benedito Monteiro, do PMDB paraense, não convenceu seus companheiros da corrente "progressista" sobre os reais motivos que o levaram a desaparecer de Brasília, no último sábado. Ele acabou aparecendo na madrugada de domingo, trazido de Brasília, num jatinho fretado por 430 mil cruzados, por parlamentares interessados na aprovação do parecer do deputado Osvaldo Lima Filho, relativo à política agrária.

Uma das versões que circularam com maior insistência, no sábado, era de que Benedito Monteiro teria recebido do Palácio do Planalto um aceno sobre a possibilidade de vir a ocupar o Ministério da Reforma Agrária, hipótese citada, entre outros, pelo deputado Aldo Arantes, do PC do B. O deputado Ademir Andrade, cor-religionário e conterrâneo de Benedito Monteiro, afirma não acreditar na procedência dessa versão, mas admite que não tem uma explicação plausível para a atitude de Benedito Monteiro, mesmo tendo conversado com ele demoradamente no domingo.

"Não acredito nessa história do Ministério, mas também não sei explicar o que houve. Ele apenas disse que foi a Belém fazer uma conferência na OAB, e ficou por lá. Não acrescentou nada", afirmou Ademir Andrade.

Na sessão de ontem da Câmara, o deputado pedetista Virgílio Galassi incluiu o desaparecimento de Benedito Monteiro como um dos fatos que "colocam sob suspeita a soberania da Constituinte" e, a propósito, indagou do líder Mário Covas de onde "brotou o dinheiro" para custear a vinda do deputado paraense para Brasília?

Após a fala de Galassi, o vice-líder do PDT, Amauri Muller, deu a explicação: os 430 mil cruzados pagos pelo vôo foram recolhidos entre parlamentares "identificados com a reforma agrária, com a luta do trabalhador rural".